

OS RESTAUROS DA CATEDRAL DE LISBOA À LUZ DA MENTALIDADE DO TEMPO

Maria João Baptista NETO *

A EVOLUÇÃO DA POLITICA DE RESTAURO DOS MONUMENTOS EM PORTUGAL

O séc. XIX havia legado um conjunto de imóveis profundamente degradados e, na maioria, destituídos da sua vivência ancestral e funções primitivas, com a Extinção das Ordens Religiosas e a Desamortização dos seus bens em 1834. Os antigos conventos e mosteiros receberam o ódio daqueles que os conotavam com os valores do *Antigo Regime*. A profanação e o vandalismo demolidor atingiram seriamente os monumentos, apesar dos brados de alerta por parte dos principais vultos da literatura romântica nacional, com destaque para Alexandre Herculano (1810-1877)¹.

A jovem monarquia liberal foi impotente para cuidar do seu espólio artístico, destacando-se, apenas, algumas iniciativas isoladas de intervenção, nomeadamente nos Mosteiros da Batalha (1840)² e dos Jerónimos de Lisboa (1860). Estas acções explicam-se pelo valor simbólico de tais monumentos e pelo papel desempenhado pelo rei consorte D. Fernando II (1816-1885). A par da iniciativa deste monarca, as sociedades eruditas prestaram uma colaboração prestimosa no conhecimento e tentativa de salvaguarda dos nossos monumentos. Destaque para a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) fundada em 1862, por iniciativa do Arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva. Em colaboração directa com o Estado, a RAACAP procurou, através dos seus boletins, divulgar as relíquias artísticas nacionais, sensibilizar a opinião pública para a sua conservação e procurar constituir um inventário dos monumentos, com vista à sua classificação. Apesar dos esforços desta e de outras associações, o património arquitectónico nacional permanecia sem os cuidados necessários de uma legislação de protecção eficaz.

A República

O séc. XX trouxe a implantação da República (1910) e com ela o recrudescer do espírito anti-clerical que culminou com a *Lei da Separação do Estado das Igrejas* (1911). Com esta lei, todos os imóveis da Igreja Católica em Portugal passaram para as mãos do Estado que, ao contrário do regime liberal, não perdeu tempo a legislar sobre o património artístico da nação (1911). É criado um regime descentralizado de acção que procura, em cada região do país, auscultar a situação dos monumentos e desenvolver os mecanismos para a sua protecção.

Pese embora os cuidados legislativos da I República, as iniciativas práticas tardavam em aparecer. Em 1920 é criado, no seio do Ministério das Obras Públicas, um organismo com a missão específica de fazer obras em monumentos (Administração

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Todavia, e seguindo uma tendência que já vinha do século passado e que ainda hoje se verifica no quadro do património arquitectónico nacional, instalou-se uma disputa de competências no domínio da salvaguarda dos monumentos nacionais, entre os Ministérios das Obras Públicas e da Educação e Cultura.

A Revolução de 28 de Maio de 1926 conduziu à ditadura militar de direita que abriu caminho ao regime do *Estado Novo*. O ambiente revolucionário militar foi favorável à supremacia das Obras Públicas na querela da supervisão dos monumentos, facto ao qual não terá sido estranho o peso acentuado que os engenheiros militares exerciam nos quadros do Ministério das Obras Públicas. Assim, em Abril de 1929, é suprimida a antiga Administração Geral e, em seu lugar, criada a nova Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) dentro de um esquema de acção centralizador.

O Estado Novo e a DGEMN

Estava montada a máquina burocrática que iria servir os parâmetros do novo regime que cedo alicerçou a expressão da sua ideologia através de uma concertada acção de propaganda. Os valores nacionais estruturados numa nova e própria leitura da História de Portugal, onde se destacam os momentos de triunfo da nação, ancestral de oito séculos, tiveram o complemento ideal e a marca de autenticidade nos monumentos. Assistiu-se, então, a um fervilhar restaurador, sem precedentes, com marcadas intenções ideológico-políticas, sob o comando da poderosa máquina das Obras Públicas renovada pelo ministro Duarte Pacheco.

Os monumentos eram restaurados pela sua componente histórica, comprovando factos e figuras queridas do regime, aspecto que foi devidamente explorado em 1940, com a comemoração simultânea do Duplo Centenário da Fundação e Independência de Portugal.

Para melhor executarem o seu papel, os monumentos deveriam reflectir a época com que eram particularmente conotados, sobretudo os medievais. Assim, assistimos a uma reintegração estilística dos edifícios, com natural perda de elementos de épocas mais recentes de inegável valor histórico-artístico.

A *unidade de estilo* encontrou no Portugal do *Estado Novo* um campo, particularmente, favorável para imperar, mediante condicionalismos mentais diferentes daqueles que a viram nascer, mas que lograram proporcionar a sua sobrevivência em Portugal, nos meados do séc. XX³.

É, precisamente, neste quadro que se vão desenrolar os restauros da catedral de Lisboa.

O RESTAURO DA CATEDRAL DE LISBOA

As primeiras iniciativas

Santa Maria de Lisboa, tal como muitos outros monumentos de origem medieval, sentiu a necessidade de sofrer uma actualização estética de acordo com a evolução temporal no quadro da sua vivência litúrgica e cultural.

Na época moderna, sob o signo do classicismo, várias obras se fizeram, nomeadamente na remodelação da decoração das naves com a introdução de mármore, estuques pintados e azulejos a revestir as estruturas medievais. Em meados do séc. XVII, é projectada e construída uma nova e ampla sacristia adoçada ao muro da nave sul. As capelas do deambulatório e do claustro receberam ricos retábulos de talha e mármore embutidos.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 e o fogo, então, ateados produziram os seus efeitos destruidores no monumento. Ainda assim, a sua estrutura arquitectónica não foi muito afectada, como prova a descrição do edifício feita pelo arquitecto e viajante inglês Thomas Pitt, em 1760⁶. Os principais danos registaram-se na torre sul da fachada e na grande torre erguida sobre o cruzeiro e parte da capela mor. Esta última, apesar dos estragos, subsistiu em grande parte e só viria a ser demolida na campanha de obras pós-terramoto ordenada pelo rei D. José I (1750-1777) a partir de 1767. É desta altura a renovação da capela mor gótica, com uma decoração de vistosos mármore de cor e colunas de capitéis coríntios de inspiração neoclássica.

Nas naves foi consolidado o revestimento decorativo de estuques e emadeiramentos pintados, de marcada feição classicista. Ao mesmo tempo, era demolida a abóbada românica da nave central e, em seu lugar, construído um tecto em madeira, onde foram abertos grandes óculos, importante fonte de luz que veio realçar a decoração pictórica do tecto e dos estuques coloridos das paredes e colunas.

A par dos naturais efeitos do tempo, a cultura romântica fortaleceu a exigência do restauro do monumento, a partir do último quartel do séc. XIX, segundo um espírito de unidade estilística, restabelecedor de uma imagem medieval perdida.

O valor simbólico da *catedral*, que Viollet-le-Duc ajudara a condensar com as suas teorias da *catedral ideal* e a prática das suas intervenções nos principais templos franceses, foi determinante no significado atribuído ao imóvel que agora estudamos. Gradualmente a sensibilidade romântica e historicista ganha, entre nós, apreço pelos primórdios da nacionalidade, procurando exaltar o espírito guerreiro e heróico dos nossos primeiros monarcas. Havia já algum tempo que Alexandre Herculano, quer no domínio literário quer no domínio da História, tinha explorado este período. O fervor nacionalista elegera as catedrais e os castelos como testemunhos de factos e valores coevos das suas fundações. Determinadas ideias liberais de descentralização do poder central e a defesa do municipalismo, a que não foi alheio Herculano, produziram uma crescente afirmação regional e concelhia. Os monumentos mais significativos de cada região ganham uma nova expressão. É, precisamente, neste contexto que surgem vários estudos monográficos elaborados por intelectuais locais que procuram compilar factos e acontecimentos relacionados com o monumento mais emblemático da sua terra.

A catedral de Lisboa teve na obra do 2º Visconde de Castilho⁷ a sua monografia de cariz romântico, orientada segundo os valores descritos. O autor não deixa de dedicar um capítulo do seu trabalho a um apelo directo às autoridades, em favor do restauro do monumento, que sugestivamente intitulou: *Brado em favor da restauração da Sé de Lisboa*⁸. Apontando o exemplo dos trabalhos de Viollet-le-Duc na Catedral de Paris, o autor anseia por uma intervenção arquitectónica que devolvesse à construção a sua traça primitiva, salvando-a da ruína inevitável “e (o que é pior talvez) das miseráveis palhaçadas arquitectónicas com que a têm remendado”⁹. O seu espírito de *unidade de estilo* encontrava o ponto de equilíbrio no tempo de D. Afonso IV: “do anterior conserva-se tudo e do subsequente perdoava-se apenas ao que merecesse por algum altíssimo

mérito⁸. A história que estabeleceu da catedral, carente de estudos mais profundos, orientava-lhe as propostas de restauro, sempre sem dar conta da vivência religiosa e condenando épocas e estilos marcantes no monumento.

A arquitectura era para Castilho o espelho de uma era e servia de “irrefutável documento arqueológico: o monumento é o homem”, dizia⁹. Contudo, a leitura que este fazia do monumento não era, como já argumentámos, livre de pressupostos historicistas e arqueologistas carentes de uma metodologia correcta.

As iniciativas deste e de outros intelectuais chocava com a inépcia das autoridades estatais em matéria de salvaguarda dos monumentos históricos. Numa das poucas acções governamentais na matéria, o arquitecto Possidónio da Silva é encarregado de fazer o levantamento arquitectónico e do estado de conservação da catedral em 1882. Conta, para o efeito, com a colaboração dos desenhadores Francisco Correia Leote Júnior, João Lino de Carvalho e Francisco Soares O’Sullivand. Deste levantamento conhecemos a planta publicada em 1885 e o corte longitudinal¹⁰. Estes elementos são preciosas referências do estado da catedral antes das intervenções deste século.

Ainda assim, a catedral só veio a merecer a atenção do Ministro das Obras Públicas no princípio do ano de 1895, devido ao interesse particular do governo em realizar no templo uma exposição de arte sacra, no âmbito das comemorações do Centenário do Nascimento de Santo António¹¹. Pretendiam as autoridades explorar a popularidade deste Santo, cujos aspectos biográficos sensibilizavam a mentalidade do tempo.

A propósito da iniciativa, José Nepomuceno, Director dos Edifícios Públicos, chega mesmo a elaborar um projecto de restauro para a fachada principal da catedral. O desenho¹² datado de 15 de Maio de 1895 reflecte um gosto orientalizante, bem patente na concepção geométrica da rosácea, reminiscente da convicção de a catedral ter sido construída sobre a mesquita árabe.

Por esta ocasião terá ainda sido elaborado outro *Projecto para restaurar a fachada da Sé Cathedral de Lisboa afim de completar a decoração architectónica do gosto primitivo*, conforme se lê no desenho assinado por Manuel José de Oliveira Cruz¹³. Este mostra a fachada do templo numa certa indefinição estilística, embora se acentue o “tom manuelino” nomeadamente no portal.

Estes projectos não passaram de intenções, e mesmo a planeada exposição foi transferida para as Janelas Verdes, em virtude do atraso registado nos trabalhos decorrentes no *Salão Nobre contíguo ao Tesouro*.

Sucedem-se alguns reparos mais urgentes, vistoriados pela Comissão de Monumentos e que contam com a visita da Rainha D. Amélia, em Abril de 1898. Um projecto de restauro que respondesse ao *brado* de Júlio de Castilho tomava prioridade na pasta do MOP. A 16 de Janeiro de 1899 o governo nomeia uma comissão para proceder a estudos, com vista à elaboração do programa de restauro do monumento. Dessa comissão faziam parte o Visconde de Castilho, Sacadura Botto, cónego chantre da catedral, o engenheiro Pedro Augusto Arnaud de Menezes e o arquitecto Domingos Parente da Silva¹⁴. Terá sido sugerido o nome de Ernesto Korrodi para elaborar o plano de restauro da catedral¹⁵, mas a oposição dos membros da Sociedade Nacional de Belas Artes que reclamavam os *direitos incontestáveis que assistem os artistas nacionais*¹⁶ afastaram o arquitecto suíço.

Tudo não passava de simples intenções e os trabalhos desenvolvidos na catedral, antes de 1902, limitaram-se a pequenas obras paliativas.

Os trabalhos do Eng^o Fuschini (1902-1911)

O restauro da catedral só arrancou em pleno por volta de 1902, sob a direcção do Eng.^o Augusto Fuschini, na altura, Presidente do Conselho Superior de Monumentos¹⁷. Para o início dos trabalhos, Fuschini terá contado com o apoio político do partido Regenerador, na altura no governo, ao qual pertencia e do qual fora antigo Ministro das Finanças (1894). O programa de restauro posto em prática reflecte o ambiente cultural que envolvia o monumento. Este é tido como a recordação viva da *Constituição* e da *Independência da Nação Portuguesa*. Fuschini serve-se de conceitos mal assimilados numa historiografia francesa e classifica a catedral como pertencente ao “românico secundário” (sec. XI/XII). Admira os acrescentos góticos e considera que a *destruição e a profanação artística* da catedral datam dos começos do séc. XVII, com as obras realizadas num *pesado e pobre estilo da Renascença*¹⁸.

Para o engenheiro, restaurar o monumento é um dever patriótico e é nesta perspectiva que formula o seu projecto, tendo em conta apenas uma composição arquitectónica meramente idealizada sem qualquer veracidade histórico-artística, nem respeito pela vivência religiosa da catedral. A sua preferência pelo gótico leva-o a defender um equilíbrio entre os vários elementos medievais da catedral ao invés de procurar unificar o monumento segundo o primitivo plano românico. Através de três magníficos desenhos aguarelados e de grandes dimensões, contemplando os alçados principal e laterais do edifício (1903, 1904 e 1905), podemos conhecer as intenções de Fuschini para o exterior da catedral¹⁹. Observamos que este procurou “unificar” o monumento, segundo uma mescla revivalista de laivos góticos e românico-bizântinos, desenraizada do lugar e do tempo. Na fachada principal, as torres ameadas surgem coroadas por agulhas octogonais, provavelmente, inspiradas na proposta de Viollet-le-Duc para *Notre Dame de Paris*. O alçado sul mostra uma capela mor de feição goticizante rematada por grossas ameias, que se prolongam pelo transepto, bem como uma pujante torre-sineira sobre o cruzeiro. Este programa só foi cumprido em parte, devido à morte do seu autor em 1911, quando se operava na torre sul da fachada. Na altura, apenas o lado norte estava praticamente concluído, segundo o esquema delineado. O engenheiro orientou, ainda, a construção revivalista de uma janela rasgada na ala sul do claustro.

Fuschini privilegiou o restauro da capela gótica de Bartolomeu Joanes. Restaurou-a no exterior, nas frestas e na abóbada. Pretendia transformar a capela em Baptistério e cobrir as paredes interiores de frescos. Este projecto contou com a oposição vencida dos cónegos da catedral que consideravam ter a obrigação jurídica de cumprir o contracto estabelecido entre o fundador da capela e o Cabido do tempo²⁰. A crescente depauperação da Igreja católica, em Portugal, impedia os párocos e Cabidos de sustentarem a conservação dos seus templos, sendo obrigados a solicitar frequentemente apoio pecuniário ao Estado. A *Lei da Separação de 1911* veio, mesmo, retirar todos os bens à Igreja. Os bispos reagiram contra o radicalismo da lei, o que lhes valeu violentas perseguições e expulsões para fora das suas dioceses. A catedral de Lisboa passou a ser património do Estado e o cardeal, na altura, D. António Mendes Belo (1907-1929) foi proibido de residir no distrito de Lisboa. O restauro do monumento decorria sem qualquer intervenção da hierarquia religiosa da catedral. Fuschini, sem ter em conta qualquer preceito litúrgico, orientou o seu projecto movido por um espírito laico e monumentalista.

Apesar de não ter elaborado graficamente um programa de restauro para o interior do templo, o engenheiro preconizava "uma completa reedificação dos elementos, aproveitando-se apenas as fundações dos pilares, das arcarias das naves e as paredes exteriores"²¹.

A obra de Fuschini não foi isenta de críticas. O engenheiro tinha grandes limitações. Não tinha formação de arquitecto, muito menos conhecimentos práticos da arquitectura medieval. Não era tanto o "arqueólogo" que dispunha de uma atenção crítica na exploração de elementos para suportar uma hipotética reconstrução primitiva. Era mais o literato, o historicista romântico que procurava deixar o monumento segundo um projecto idealizado, uma visão cénica, que reflectisse a sua dignidade histórica. Embora procure apoiar as suas directrizes na filosofia de Viollet-le-Duc, a assimilação que faz do pensamento do arquitecto francês é parcial e incompleta. Fuschini não concebe o monumento como um organismo total que deve aspirar a uma perfeição arquitectónica. Não tem a "seriedade" positivista de Viollet, e a sua noção de estado ideal é formada por um imaginário cenográfico sem qualquer pureza de estilo.

A nova orientação imposta pelo Arqtº Couto Abreu (1911-1929)

Após a morte de Fuschini, sucede na direcção dos trabalhos o arquitecto António do Couto Abreu. Este começa por "corrigir" alguns dos restauros ordenados pelo seu antecessor, nomeadamente a nível da fachada principal, demolindo, para o efeito, as flechas octogonais que coroavam as torres. Arquitecto de formação e pertencendo a uma geração posterior, Couto irá ter novas propostas de restauro. Ardente seguidor de Viollet-le-Duc, demonstra um sentido positivista de actuação, mais de acordo com o mestre francês. Preconiza a reintegração do monumento no tempo medieval. Concebe a catedral como um organismo no seu todo, o que possibilitava, através de estudos que pretendia rigorosos, repor o primitivo projecto românico no interior das naves e transepto. O seu sentido de *unidade de estilo* na pureza românica é obrigado a vacilar, tendo em conta a importância dos elementos góticos, nomeadamente no deambulatório e capela de Bartolomeu Joanes. Deste modo, elabora um plano de remodelação para a capela mor setecentista, propondo a sua substituição por uma arrojada estrutura de inspiração gótica. A sua escolha é justificada pela predominância de elementos da antiga ábside gótica - que Couto julga interpretar correctamente - em detrimento de vestígios da cabeceira românica primitiva.

Toda esta acção intervencionista inspirou o ambiente de um romance dado ao prelo em 1920, sob o título *A Catedral*, da autoria de Manuel Ribeiro. Esta obra encarava de forma apologética o restauro da catedral, segundo princípios reintegradores nas feições medievais, norteados por um imperativo patriótico e sobretudo espiritual. Tal como Victor Hugo, em *Notre Dame de Paris*, o escritor português serve-se de um amor impossível, tendo como pano de fundo a catedral, para exprimir os seus valores estéticos e espirituais de acordo com critérios de restauro puristas. O grande êxito alcançado pelo romance contribuiu para propagandear a intenção de restaurar a catedral de Lisboa, segundo uma filosofia de unidade prístina.

A reintegração medieval da catedral (1929-1940)

Couto teve, contudo, que esperar por uma nova conjuntura, favorável ao seu ambicioso projecto de dotar Lisboa de uma catedral medieval. Esta conjuntura começou a se desenhar a partir de 1929, com a desejada estabilidade financeira obtida por Oliveira Salazar e com a criação da DGEMN²².

Depois de 1933, o *Estado Novo* estava consolidado constitucionalmente e havia gizado a sua política cultural-ideológica, onde os monumentos nacionais ocupavam um papel pleno de influência, funcionando como sinónimos dos momentos triunfais da nossa História.

O projecto de reintegração do monumento foi financiado em abundância e incentivado por todo este ambiente. Os trabalhos sofrem, durante toda a década de 30 um profundo incremento dentro de um programa global de restauro dos monumentos nacionais, sem precedentes, a cargo da DGEMN. À medida que se concretizava a ideia das celebrações centenárias (1940) o ritmo de laboração acentua-se com o objectivo da conclusão das obras na data exigida. Tornava-se imperioso apresentar uma catedral reintegrada na sua "pureza" primitiva, que fosse espelho da acção heróica do nosso primeiro rei, arrancando aos mouros a cidade de Lisboa e consolidando o futuro território nacional.

Couto assume em pleno a intenção política e cultural do momento em relação ao imóvel. O seu espírito reintegrador tinha plena liberdade e incentivo para actuar. Veio, apenas, a encontrar alguma resistência às suas propostas por parte do Arquitecto Raul Lino, que na altura chefiava a repartição de Estudos e Obras do Serviço de Monumentos Nacionais. A formação de Raul Lino no meio germânico permitiu-lhe assistir a discussões doutrinárias, em torno da intervenção nos monumentos e tomar contacto com alternativas pertinentes à reintegração na pureza de estilo. Apesar de ter contrariado, por vezes de forma mordaz²³, os projectos de Couto, a sua opinião isolada foi diluída pela corrente ideológica que corria na altura entre nós.

Desta forma, o arquitecto Couto dirige sem embaraços os trabalhos de transformação do monumento. A fachada principal sofre uma remodelação, com o portal e a rosácea a serem restaurados em pormenor. No interior do templo, a decoração classicista de estuques, mármore e azulejos das naves e transepto é demolida. Na nave principal é reconstruído um trifório à maneira românica. Os pilares e arcos das naves são refeitos a fim de suportar a nova abóbada de berço que substitui o tecto em madeira da nave central. As capelas do deambulatório são limpas de altares e imagens para deixar ver as linhas góticas.

No dia 5 de Maio de 1940, a catedral servia de palco a um solene *Te-Deum* que marcava oficialmente a cerimónia de abertura das Comemorações Simultâneas do 8º Centenário da Fundação de Portugal e do 3º Centenário da sua Independência. O monumento veio, ainda, a assumir o seu papel de "comprovativo" histórico, aquando da celebração do 8º Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros, em 1947.

António do Couto Abreu é afastado da direcção do restauro da catedral em 1944, ao fazer 70 anos, que o obrigou a passar ao regime de reforma compulsiva. Depois do seu afastamento, há a registar como obras mais significativas, em termos de alteração fisionómica do monumento, o avanço, novamente, do muro de implantação da rosácea, para o plano extremo da fachada principal, praticamente à face das torres. Esta alteração deu lugar, mais uma vez, à construção dum coro alto, nos anos 50.

Para completar a tão pretendida harmonia interior do templo, Couto, apenas, não vê concretizada a execução do seu projecto para a capela mor, a par da reintegração das primeiras capelas do deambulatório (S. Vicente e Santíssimo). O claustro ficou esquecido, no plano secundário que ocupa por detrás da cabeceira do templo, evidenciando as chagas abertas pelo Terramoto de 1755 e pelas inconsequentes iniciativas reintegradoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O restauro da catedral de Lisboa, nas suas diferentes fases, ilustra bem o modo como o fenómeno da intervenção no património arquitectónico ocorreu em Portugal neste século. As circunstâncias políticas e ideológicas tiveram um papel determinante, tanto na sequência da implantação da República, como no apogeu do *Estado Novo*. Os monumentos são arrancados à sua vivência secular. A componente religiosa é diluída ou simplesmente apagada para sobressair, apenas, a pertença evocação histórica saudosista dos momentos de glória da nação.

A catedral de Lisboa foi um edifício martirizado por vários terramotos, em diferentes épocas, facto que contribuiu para a sucessão de estilos exibida. Os restauradores movidos por um sentido romântico de monumentalidade medieval, negaram-lhe essa versatilidade. Preferiram criar um ambiente revivalista, provavelmente sem autenticidade, porque devemos admitir que nem sempre os vestígios primitivos foram julgados de forma correcta.

Um projecto de estudo integrado do monumento, que agora decorre, sob o patrocínio do Ministério da Cultura, busca justamente reabilitar a catedral à luz da convergência secular das suas diferentes épocas, estilos e campanhas de restauro. Da nossa participação neste projecto muito devemos ao incentivo do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que sempre sublinhou a necessidade urgente de estudar este importante monumento.

NOTAS

* Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este estudo insere-se no âmbito do Programa de estudos integrados da Catedral de Lisboa financiado pelo IPPAR.

¹ A propósito das posições de Herculano e dos conceitos relativos ao património arquitectónico nacional no século passado vide Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro* (1835-1928), Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1996.

² Cfr. Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no séc. XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

³ Cfr. Maria João Baptista NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal* (1929-1960), Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1996.

⁴ Thomas PITT, *Observations in a Tour to Portugal and Spain 1760...*, British Museum, Add. MS 5845, pp. 111-146.

⁵ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. III, Lisboa, 1885.

⁶ Alexandre Herculano intitulou os seus artigos de 1839 publicados no *O Panorama*: “Mais um brado a favor dos monumentos”.

⁷ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. VI, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Municipal da C.M.L., 1975, p. 227.

⁸ *Idem*, p. 228.

⁹ *Idem*, p. 233.

¹⁰ ANTT, Inventário de Plantas do Ministério do Reino, IV/C/115/15/560.

¹¹ Arquivo da Catedral de Lisboa, *Livro das Actas das Sessões Capitulares...*, sessão de 24 de Março de 1895, p. 81.

¹² ANTT, M.R., IV/C/115/(20).

¹³ ANTT, M.R., IV/C/115/(6).

¹⁴ *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, 1900, p. 19.

¹⁵ *Leiria Ilustrada*, 51, 28-12-1905.

¹⁶ AANBA, *Igrejas*, vol. II, 1º 241.

¹⁷ Sobre os trabalhos de A. Fuschini na catedral de Lisboa vide Martinho da FONSECA, *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*, Lisboa, 1912.

¹⁸ Augusto FUSCHINI, *A Arquitectura Religiosa na Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 164.

¹⁹ Os alçados encontram-se no Arquivo da DGEMN.

²⁰ Arquivo da Catedral de Lisboa, Livro das Actas das Sessões Capitulares de 10 de Agosto de 1901 a 10 de Dezembro de 1920, sessão de 10 de Maio de 1904, p. 60 v.

²¹ A. FUSCHINI, *op. cit.*, p. 165.

²² Para uma visão mais atenta e documentada do restauro da catedral de Lisboa *vide* Maria João Baptista NETO, *A Direcção Geral...*, capítulo 5.

²³ Embora longa, é elucidativa a citação que transcrevemos de um officio de Raul Lino a propósito do projecto de transformação da capela mor elaborado pelo architecto Couto. "O senhor António do Couto, na sua Memória, expõe o assunto com simpático fervor, desculpando-se-lhe o que nas suas considerações possa haver de demasiada parcialidade em abono de uma causa à qual de corpo e alma se dedicou irremediavelmente. Nem seria lícito pôr em dúvida a sua alta competência que aqui desejo deixar confirmada pelas suas próprias palavras onde diz que, para a realização do estudo apresentado, se limitou apenas – 1º a observar com rigor o plano existente da abside ogival, 2º a empregar com inteligência pormenores da antiga construção, e - 3º a usar, com saber, das regras do estilo de que se trata. Contudo, é de admirar que o autor do projecto possa ainda assim, hesitando, apresentar duas soluções tam dissemelhantes para o modo de abobadar o seu coro. Devo desde já dizer que a ideia de elevar esta abóbada a altura superior à do cruzeiro me parece esdrúxula, dá ao coro proporções de fosso e causa no corte longitudinal do templo estridente desafinação, com iniludível prejuízo da cobertura do cruzamento das naves, onde parece que deveria culminar claramente o inteiro sistema das abóbadas (...) se o ilustre architecto conseguisse refrear um pouco o sentimento porque se deixou inflamar, aliás de uma maneira que merece o nosso respeito, talvez admitisse, para ser perfeitamente justo, que na Sé, no número dos *architectos que abusivamente se lhe agarram e a estão deturpando*, se devia contar igualmente a architectura das restaurações levadas a cabo com variada orientação desde os tempos de Fuschini" (DGEMN, Sé de Lisboa, Processo Administrativo, Raul Lino, *A Transformação da capela-mor da Sé de Lisboa*, 11 de Agosto de 1941).



Fig.1 - Catedral de Lisboa, fachada principal antes de 1902.

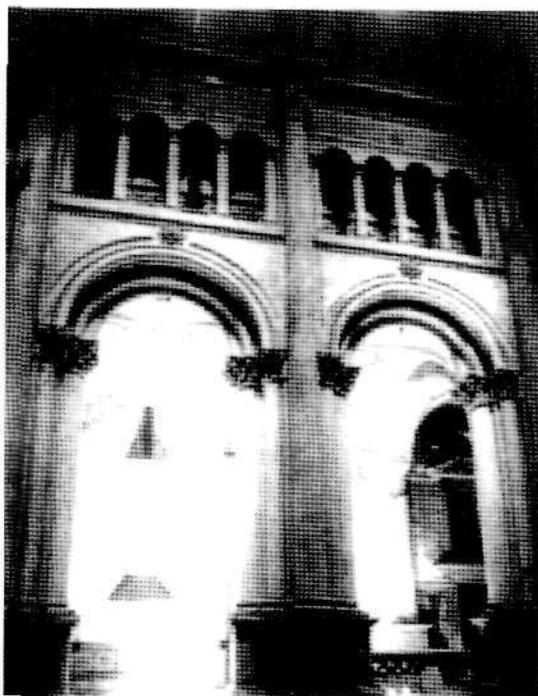


Fig.2 - Catedral de Lisboa, interior das naves antes das obras de restauro.